



## **Jornalismo, do Ofício à Profissão – Mudanças e Continuidades em Portugal durante a década de 1960<sup>1</sup>**

Carla Baptista <sup>2</sup>  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas  
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

### **RESUMO**

Em Portugal, durante a década de 60, o jornalismo conheceu um importante movimento de profissionalização: a anterior actividade vista como subalterna e desempenhada de forma burocrática por uma classe reduzida, envelhecida e com baixas qualificações escolares passou a atrair mais jovens licenciados, com maior consciência política e desejo de participação na vida pública através da prática de géneros como a reportagem social. Simultaneamente, as administrações de alguns jornais, em particular os vespertinos, realizaram investimentos tecnológicos e re-organizaram as redacções, introduzindo novas secções, melhorando o grafismo e apostando na fotografia, desta forma aumentando as tiragens e o sucesso desses jornais junto do público.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Jornalismo; História; Anos 60.

### **CORPO DO TRABALHO**

À superfície, os anos 60 não trazem ao jornalismo português nada de espectacularmente novo. A profissão caracterizava-se por um universo relativamente reduzido de profissionais (cerca de 250 possuidores de carteira profissional), distribuídos por cerca de 20 jornais, maioritariamente concentrados nas duas principais cidades do país (Lisboa e Porto), constituindo um grupo profissional envelhecido (a maioria tinha mais de 50 anos) e com uma escolaridade ao nível do ensino liceal.

No entanto, se olharmos mais fundo, é possível detectar nesta década sinais de mudança que vão contribuir decisivamente para a conquista de uma identidade profissional e

---

<sup>1</sup> Trabalho a submeter ao I Colóquio Brasil-Portugal de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> O texto que se apresenta resulta de uma investigação realizada em co-autoria com Fernando Correia e da qual se publicou o livro “Jornalistas, do Ofício à Profissão – Mudanças no Jornalismo Português 1956-1968”, Lisboa: Caminho, 2007.



alargar o campo de influência social do jornalismo, mesmo num país que vivia sob os constrangimentos da Censura.

Ao longo de uma investigação cujo trabalho de campo decorreu entre 2004 e 2006, entrevistámos 48 antigos profissionais da Imprensa escrita, a maioria jornalistas mas também proprietários e directores de jornais, bem como tipógrafos e repórteres fotográficos. A análise desses percursos biográficos e profissionais, conjugada com a investigação documental e bibliográfica realizada sobre os jornais e o contexto histórico em estudo, permitiu identificar um antes e um depois dos anos 60. Não é uma fronteira rígida, e muitos traços do passado permanecem mas vamos tentar sistematizá-los.

Até aos anos 60:

1. As formas de acesso à profissão eram fechadas e sujeitas à existência de contactos pessoais entre pessoas que já trabalhavam nos jornais e os candidatos a jornalistas. São frequentes os pedidos a favor de alguém, e a interferência de amigos ou familiares pesa significativamente na opção de recrutamento. Outra forma de acesso são as colaborações esporádicas, que podem eventualmente conduzir a uma *chance* de emprego, nomeadamente nos suplementos culturais e juvenis. A renovação dos quadros faz-se lentamente, o tempo de permanência no mesmo jornal é muito longo e escassa a rotação de pessoas entre diferentes jornais. Por outro lado, as acumulações são frequentes. Muitos jornalistas têm duplo emprego, desempenhando funções num matutino e num vespertino. Horários de trabalho relativamente curtos e com turnos bem fixados (cinco horas seguidas ou seis alternadas por dia) e uma certa amenidade por parte das chefias de redacção, que flexibilizavam em muitos casos, tornavam esta opção possível para muitos jornalistas que assim conseguiam aumentar significativamente o seu rendimento mensal;
2. As estratégias de cooperação entre jornalistas trabalhando para diferentes jornais eram mais poderosas do que as de competição. O reduzido número de jornalistas e a concentração geográfica da maioria dos jornais (em Lisboa, com excepção do *Diário de Notícias* e do *Novidades*, todos estavam situados no Bairro Alto), a partilha de espaços de lazer e convívio, transporta para as relações profissionais



uma amenidade familiar que estrutura e molda as relações de trabalho em torno de afectos e cumplicidades;

3. A pesada interferência da Censura na actividade jornalística e a imposição de uma agenda de acontecimentos com limites bem definidos, homogeneizava as escolhas dos jornalistas, definia externamente os interditos e desencorajava o encetar de estratégias de busca de diferença ou procura da originalidade. O jornalismo praticava-se assim num quadro de funcionalismo público, que dispensava grandes correrias pela *cacha* ou furo, e propiciava ambientes de redacção tranquilos, onde o maior elemento de desassossego era o cumprimento das horas de fecho ;
4. Podemos imaginar uma rotina de jornais completamente diferente da que hoje existe: desde logo pela existência de profissões muito segmentadas que partilhavam o espaço da redacção com os jornalistas e que hoje desapareceram: os revisores, os linotipistas e os tipógrafos. Depois, o ritual do envio diário das provas de página para a Censura, a espera pela sua devolução, a integração dos cortes, se tivessem sido feitos, a substituição à última da hora por outras peças quando a matéria tinha sido demasiado comprometida. Este desarranjo permanente dos jornais explica também a sua relativa anarquia gráfica, com contornos mal definidos ou mesmo inexistentes entre secções;
5. Embora exercendo uma profissão que não podia ser considerada mal remunerada para os padrões salariais da época, e gozava de um relativo prestígio social, a maioria dos nossos entrevistados recusou completamente a ideia de pertença a uma elite social. A distância em relação ao poder era imensa, escasso o contacto com a elite dirigente e frustrante a sensação de espartilho e impotência causada pela sujeição à Censura;
6. As relações de trabalho entre os mais velhos e os mais novos, nomeadamente no que respeita ao treino e entrosamento dos estagiários nas regras da casa e na cultura da redacção, na resolução dos problemas práticos, na elaboração dos textos, era feita espontaneamente e sem regras fixas, sujeita a um código de conduta mais adequado à gestão de relações paternas e filiais do que profissionais;
7. Os jornais mantinham com as suas fontes de informação habituais – hospitais, bombeiros, aeroporto, PSP, GNR, alguns ministérios, como o da Administração



Interna ou Obras Públicas – um padrão de relação baseado na estabilidade e partilha generalizada de informação. Quer dizer, os informadores aí presentes entregavam a todos os jornais o mesmo material, a troco de remunerações simbólicas ou, às vezes, da simples troca de presentes e pequenos favores. Estamos ainda muito longe da profissionalização ou organização das fontes de informação ou da procura, por parte dos jornalistas, de contactos privilegiados e exclusivos com informadores;

8. Existiam diferenças muito significativas entre os diversos jornais, não só ao nível do seu posicionamento ideológico, como já foi referido, mas também nas formas de gestão, planeamento, ângulos de abordagem da realidade e, muito importante, solidez financeira. Enquanto o *DN* e o *Diário Popular*, por exemplo, eram, cada um no seu estilo, jornais lucrativos, com uma base publicitária muito forte, tiragens que facilmente chegavam aos 140 mil exemplares diários e uma fortíssima implantação junto dos leitores; outros jornais, como o *DL* ou a *República* ocupavam um espaço minoritário, apelando a um público de leitores específico, que podia entender códigos de comunicação mais finos, tantas vezes ensaiados nas páginas para fugir à Censura. Esta diferença da base de sustentação material determinava estilos de actuação muito diferentes. Vários dos nossos entrevistados, antigos jornalistas do *Diário Popular*, recordam a prodigalidade do jornal, a despreocupação das chefias em relação às despesas relacionadas com estadias prolongadas no exterior para fins de reportagem, salários generosos e, sobretudo, a possibilidade de dispor de tempo e recursos para encetar trabalhos de maior fôlego. Já para aqueles que trabalharam no *Século*, as saídas da redacção para fins de reportagem eram menos frequentes e mais curtas e as despesas muito contadas; quanto ao *República* e ao *DL*, as tiragens reduzidas, o cerceamento da Censura, as multas, sanções e boicotes frequentes transformavam a sua feitura num verdadeiro trabalho épico sujeito a imensas dificuldades.
9. Um último apontamento sobre a ética jornalística, palavra, aliás, que ainda não tinha entrado no vocabulário das redacções. Vigorava, isso sim, um código de conduta extremamente masculinizado, já que a presença das mulheres era escassíssima, assente em noções de honra, coragem e integridade moral. Por contraste, existiam situações de jornalistas que aceitavam colaborações e avenças



em publicações oficiais (revistas dos ministérios, do Exército, das juntas de freguesia, etc) cujo principal propósito era fidelizá-los ao regime. Outras práticas, que hoje colidiriam com um manual de boa conduta deontológica, eram vistas sem drama. Citamos, por exemplo, o hábito dos bancos distribuírem um envelope com uma remuneração elevada, para a época (cerca de 500\$00) a todos os jornalistas que apareciam nas suas assembleias gerais para depois escreverem um relatório que saía no jornal; ou ainda, em lugares de província, ser frequente o jornalista dirigir-se ao café ou taberna da terra e oferecer algum dinheiro (20\$00, 50\$00) em troca de informações.

Depois dos anos 60:

1. Uma feliz conjugação de factores permitiu nesta altura um certo arejamento do jornalismo português. Por um lado, o surgimento de alguns projectos empresariais que investem em termos financeiros e humanos; por outro, e em resultado dessa vontade de renovação e alargamento, entra nesta altura em cena uma geração de jornalistas mais jovens, possuindo elevada formação escolar (a maioria tinha licenciatura ou frequência universitária), partilhando inúmeras cumplicidades políticas e literárias e que vai praticar um jornalismo menos subordinado, mais criativo, mais experimental em termos de géneros jornalístico, de linguagem, de temas e ângulos de abordagem.
2. Esta geração ocupou um espaço vazio que existia nos jornais e que resultava da própria organização hierárquica, muito centrada na figura do chefe de redacção, responsável pela distribuição dos serviços, a organização do quotidiano, o cumprimento dos prazos de produção e aprovação ou rejeição das propostas de trabalho; tarefas estas delegadas também nos sub-chefes de redacção já que não existiam editorias específicas com os respectivos responsáveis. Os directores dos jornais eram, regra geral, figuras simbólicas, sem desejo ou vontade de exercerem autoridade ou tomarem decisões. Esta escassez de interlocutores entre os jornalistas e as chefias gerou uma relação de trabalho rígida com efeitos curiosos. Normalmente assoberbado com a burocracia e as exigências práticas do dia-a-dia, incapaz de rever ou controlar todos os textos, o chefe de redacção acabava por exercer pouco controlo sobre os conteúdos e por dotar os jornalistas



- de uma grande autonomia no que respeita à gestão do seu trabalho e à organização do seu tempo; A maioria dos nossos entrevistados referiu que gozava de bastante liberdade e autonomia para propor ideias de reportagem, e que essas propostas não só eram aceites com entusiasmo como lhes eram dispensados recursos (tempo, dinheiro) para as concretizarem;
3. Verificou-se nesta altura um grande investimento em reportagens na área da Sociedade (temas sociais, exploração do país real) e da Cultura. Foi nestas duas áreas que os jornalistas portugueses puderam exercer (embora parcialmente, por causa do papel da Censura) o seu talento e criatividade; assistimos claramente a uma divisão que quase instintivamente se estabeleceu nos jornais: os mais velhos continuaram a ocupar-se da “cozinha diária dos jornais”, baseada no noticiário de Política, reduzido às peças laudatórias, normalmente dando conta de inaugurações ou da presença de personalidades em eventos ritualizados; ou do Internacional que vivia muito do corte e colagem dos telex que chegavam das agências noticiosas; ou ainda das pequenas ocorrências e *fait-divers*. Os mais novos ganharam o espaço da rua e da reportagem, procurando fazer entrevistas a figuras populares, aproximaram-se do modelo do “novo jornalismo” norte-americano e buscaram um estilo próprio muito inspirado em referências literárias;
  4. A extrema abertura da profissão, sem definição de competências específicas, sem exigência de formação adequada, deixava o seu exercício muito dependente das capacidades de cada indivíduo e do seu autodidactismo. O talento literário era apreciado e estimulado nos jornais e um jornalista que escrevesse bem, regra geral, progredia rapidamente e beneficiava de grande liberdade para escolher os seus temas de reportagem, realizar a investigação e escrever de acordo com o estilo próprio, sem sujeição a regras de estilo, limites espaciais e outros constrangimentos que existiam em número reduzido, com excepção desse grande impedimento, sempre citado e sempre obstáculo principal, representado pela existência de censores; ora, esta nova geração de que temos vindo a falar tem mais capacidade para ocupar este espaço;
  5. Vale a pena salientar o papel inovador desempenhado pelo *Diário Popular* a partir de finais dos anos 50, com a introdução de um estilo novo de chefia: passaram a existir reuniões matinais para planeamento do jornal, estimulou-se



uma ética da participação e da discussão colectiva, encorajaram-se ideias novas e patrocinou-se o género da reportagem, passando aos jornalistas a ideia de que deveriam escrever sem fazerem auto-censura. Esta atitude de liberalidade, conjugada com a entrada na redacção de um conjunto de pessoas jovens, com formação escolar superior à média existente e gosto literário, e um estilo tablóide e popular, com soluções gráficas e fotográficas extremamente apelativas, fazem do *Diário Popular* o grande jornal deste período.:

6. Para além do ganho em prestígio interno (dentro das redacções), existiu nesta altura um movimento político organizado para tomar conta do Sindicato dos Jornalistas. Não só se consegue a democratização desta instituição, com as eleições de 1972 ganhas pela direcção encabeçada por Silva Costa (um católico progressista), como o Sindicato passou a actuar como um verdadeiro órgão sindical, centrando as suas reivindicações em dois aspectos: a necessidade de formação profissional ( em 1968, o Sindicato promoveu o I Curso de Jornalismo, que contou com mais de 200 inscritos; e já antes tinham existido duas tentativas de colmatar esta lacuna: em 1962, o Instituto Superior de Estudos Ultramarinos organizara um curso de formação em jornalismo e em 1966 o *Diário Popular* também organizou um curso interno, destinado a estagiários e com o objectivo de recrutar para os seus quadros aqueles que obtivessem melhores resultados. A acção do Sindicato, conjugada também com a gestão mais profissionalizada, orientada por uma lógica capitalista de lucro, de alguns jornais, de que são exemplo o *Diário Popular* mas também o *Diário de Lisboa*, noutra escala, organizam de forma mais clara as formas de actuação dentro da profissão: resolvem-se questões como a contratação colectiva, definem-se os horários de trabalho, melhoram-se as tabelas salariais. Tudo isso contribui para reduzir as situações de duplo emprego e estimular a concorrência entre jornais.

#### Conclusão:

Durante o período analisado, o jornalismo não se descobriu verdadeiramente nem poderoso nem interventivo, já que a permanência da Censura continuou, até ao 25 de Abril de 1974, a funcionar como um severo mecanismo de homogeneização da



informação e subalternização da profissão face aos ditames do poder político anti-democrático.

Da mesma forma, permaneceram muitos dos anteriores constrangimentos que bloquearam uma tendência modernizante mais expressiva: continuou a não existir uma escola superior ou sequer profissionalizante de formação de jornalistas; mantiveram-se em muitos jornais formas pouco transparentes de recrutamento baseadas em velhas práticas que desconfiavam de candidatos licenciados ou mulheres; a modernização tecnológica foi mais lenta e tardia na generalidade dos matutinos e nos jornais sedeados fora de Lisboa, incluindo no Porto, a segunda maior cidade do país; a fragilidade económica de muitos projectos, incluindo experiências singulares surgidas nesta década (como o vespertino *A Capital*, fundada em 1968 por uma cooperativa de jornalistas) fez inflectir o rumo editorial para orientações mais conformes ao ideário do poder político e económico então reinante; não foi possível aprovar em 1972 uma Lei de Imprensa que abolisse a Censura e, no rescaldo desse enorme desaire, o Sindicato Nacional dos Jornalistas travou a aprovação de um código deontológico que impusesse obrigações éticas e morais num contexto onde não existia sequer liberdade de expressão.

No entanto, as mudanças que referimos, e centrámo-nos apenas naquelas que são internas ao campo jornalístico, excluindo outras de natureza mais social e histórica que também co-adjuvaram ao movimento de modernização que queremos enfatizar, levaram a que o jornalismo começasse a ensaiar um jogo de forças com o poder, centrando os seus esforços criativos nas duas únicas áreas que ofereciam algum espaço de manobra relativamente à Censura: as reportagens sobre temas sociais e a cultura.

A introdução de inovações técnicas com repercussões dramáticas, como o *offset*, a generalização das máquinas de escrever, o fim da tipografia clássica, retirou o jornalismo português definitivamente da sua era pré-industrial e permitiu o lançamento de projectos com uma vocação verdadeiramente nacional e popular, como o *Diário Popular*.

Outros projectos, como a experiência do *Diário Ilustrado* (fundado em 1956 e pioneiro em vários dos aspectos abordados neste texto) ou mesmo os últimos anos do *Século*, mostram também como algum capitalismo financeiro industrial que se sedimentava em Portugal rapidamente percebeu que um jornal podia ser útil para obter determinados fins económicos e financeiros alheios ao jornalismo *em si*.



Neste jogo de forças com o poder, os jornalistas saíram claramente vencidos. Conseguiram pequenas vitórias, fruto de erros, omissões ou ignorância da Censura, mas no geral, a actualidade política e social submetia-se a um controlo rígido do acontecer, que impedia a revelação de tudo o que cheirasse a escândalo, corrupção, ou até mesmo doença, pobreza ou desconforto.

A união dos jornalistas perante a adversidade comum que era a Censura, sentida unanimemente como tal, mesmo por aqueles que trabalhavam para órgãos ultra-oficiais, como *A Voz* ou o *Diário da Manhã*, talvez ajude a explicar que, na organização das rotinas produtivas, na partilha de informação e no dia-a-dia, prevalecesse um espírito de solidariedade e entreaajuda que se sobrepunha a todas as diferenças políticas, ideológicas ou empresariais. Disso são extraordinários exemplos vários factos históricos, como a existência de abaixo-assinados manifestando-se contra a prisão por motivos políticos de jornalistas envolvidos em actividades da Oposição (casos de Mário Ventura Henriques, Carlos Veiga Pereira, António Santos, António Borges Coelho) subscritos por companheiros que trabalhavam em órgãos afectos ao regime.

À semelhança do que acontecia na sociedade portuguesa que lentamente ia mudando por via de diversos factores, uns internos, outros externos, também nos jornais, em particular nos vespertinos, se respirou nesta década de 60 um ar mais moderno e cosmopolita, que se traduziu em duas grandes linhas de mudança: na composição humana de muitas redacções, que passaram a integrar quadros mais jovens, mais letrados e com alguns rostos femininos; no estilo e apresentação dos conteúdos jornalísticos, que introduziram quotidianamente nos jornais mais inovadores a reportagem e a entrevista, géneros anteriormente tão arredados das páginas da maioria dos periódicos.

Este ambiente, constatado por todos os nossos entrevistados, não foi acompanhado de mudanças políticas ou legislativas que significativamente tenham reduzido o controlo do Estado sobre a produção de informação. Pelo contrário, embora na paisagem política nada (ou pouco) de novo se vislumbrasse, alguns jornais foram-se constituindo como pequenas ilhas de insubmissão, contribuindo para fortalecer uma consciência e uma identidade profissional alinhada em torno de valores como a liberdade e a autonomia profissional que, embora impossíveis de alcançar à época, possuíam uma fortíssima capacidade de mobilização simbólica e ajudaram a refundar as práticas futuras da profissão em Portugal.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, L. F. **Cinema nacional**: caminhos percorridos. São Paulo: Ed.USP, 2007.

AA.VV. **Grandes Repórteres Portugueses da I República**. Lisboa: Foto-Jornal, 1986.

AAVV. **Curso de Jornalismo**. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, Estudos de Ciências Políticas e Sociais, nº 60, 1963.

**A Lei de Imprensa e os Jornalistas**. Mafra: Editorial Estampa, 1972.

*A Política de Informação no Regime Fascista*, I e II Volumes. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, 1989.

ALVES, Luís Alberto Marques. **Subsídios para a história da imprensa em Portugal**. Porto: Centro de Estudos Humanísticos, 1983.

ARAÚJO, Norberto. “Das “relações” e da “Gazeta” de 1641, ao jornalismo do século XX”, Lisboa: *Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas*”, nº4, Out.-Nov, pp. 119-124, 1941.

AZEVEDO, Cândido. **A Censura de Salazar e Marcelo Caetano**. Lisboa: Caminho, 1999.

BALSEMÃO, Francisco Pinto. **Informar ou depender?** Lisboa: Ática, 1971.

BAPTISTA, Jacinto e VALDEMAR, António. **Repórteres e Reportagens de 1ª Página, II Volume (1910-1926)**. Lisboa: Assembleia da República, 1992.

BAPTISTA, Jacinto. “*Peregrinação a lugares remotos da memória (própria e alheia) acompanhada de um relance sobre a actualidade jornalística*”, Prefácio a *Quem é Quem no Jornalismo Português*. Lisboa: Clube de Jornalistas, pp. 11-38, 1992.

**Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas**, Lisboa, nº1, Maio de 1941, nº 2, Junho de 1941, nº 3, Julho/Agosto/Setembro de 1941, nº 4, Outubro/Novembro/Dezembro de 1941, nº 5, 1945, Lisboa: Sindicato Nacional dos Jornalistas.

CABRERA, Ana. **Marcello Caetano: Poder e Imprensa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CASCAIS, Fernando. “**O exercício do jornalismo em Portugal. Contributo para a sua história (1968-1974)**”, copiógrafado, Lisboa, 2003.

CARVALHO, Alberto Arons. **A Censura e as Leis de Imprensa**, Lisboa: Seara Nova, 1973.

COSTA, Silva. “**Uma cultura da profissão**”, *Jornalismo*, nº 6, Fevereiro, pp. 10-11, Lisboa: Sindicato Nacional dos Jornalistas, 1968.

FERREIRA, Rafael. **Nos Bastidores do Jornalismo**, Lisboa: Edições Romano Torres, 1945.



**Jornalismo (Boletim do Sindicato Nacional dos Jornalistas)**, Ano 1, nº1, Abril de 1967, nº 2, Junho de 1967, nº 3, Agosto de 1967, nº 4, Outubro de 1967, nº 5, Dezembro de 1967, nº 6, Fevereiro de 1968. Ano 2, nº 7, Junho de 1968. Ano 3, nº 9, Julho de 1969,. Lisboa: Sindicato Nacional dos Jornalistas.

LEMOS, Mário Matos. **Liberdade de Imprensa em Portugal e outros ensaios**, Lisboa: Edição de Autor, 1964.

LOPES, Norberto. **Visado pela Censura**, Lisboa: Aster, 1957.

OLIVEIRA, Maurício. **Diário de um jornalista, 1926-1930**, Lisboa: Edição póstuma do autor, 1973.

**Pelos Séculos d’o Século**, Lisboa: Edição Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo com a colaboração de Associação de Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Centro Português de Fotografia, Museu Nacional de Imprensa, coordenação geral José Vicente Serrão, IAN/TT, 2002.

PALLA, Maria Antónia. “**A renovação da imprensa, apesar da censura**”, *Portugal Contemporâneo*, António Reis (Direcção), Lisboa: Publicações Alfa, pp. 207-220, 1989.

PORTELA, Artur. **Norberto Araújo: Jornalista e Escritor**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Gazeta de Caminhos de Ferro, 1953.

RODRIGUES, Miguel Urbano. **O Tempo e o Espaço em que vivi**. Lisboa: Campo das Letras, 2002.

RUELLAN, Denis. **Les «pro» du journalisme – De l’état au statut, la construction d’un espace professionnel**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1997.

SEATON, Jean e PIMLOTT, Ben. “**The Role of the Media in the Portuguese Revolution**”, *Newspapers and Democracy on a changing Medium*, Anthony Smith (Ed), Cambridge: MIT, 1980.

SOBREIRA, Rosa Maria. **Os Jornalistas Portugueses 1933-1974. Uma Profissão em Construção**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

TENGARRINHA, José. **Imprensa e Opinião Pública em Portugal**. Coimbra: MinervaCoimbra, 2006.

VARGUES, Isabel Nobre. “**A afirmação da profissão de jornalista em Portugal: um poder entre poderes?**”, *Revista de História das Ideias*, vol. 24, Coimbra: 2003.

Obras literárias

BAPTISTA-BASTOS. **O Secreto Adeus**. Lisboa: Edições Asa, 2001 (1ª edição em 1963).

FERREIRA, José Gomes. **Dias Comuns III Ponte Inquieta Diário**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000.

PIRES, José Cardoso. **E Agora, José?**. Lisboa: Moraes Editores, 1977.

URBANO, Tavares Rodrigues. **Os Insubmissos**, Mem Martins: Publicações Europa-América, 2001, (1ª edição em 1961).

